

## **Processo Nº: 0586009-87.2008.8.09.0134**

### **1. Dados Processo**

Juízo.....: Quirinópolis - 1ª Vara Cível

Prioridade.....: Metas CNJ

Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de  
Conhecimento -> Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão -> Cumprimento de  
sentença

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Execução

Data recebimento.....: 11/12/2008 00:00:00

Valor da Causa.....: R\$ 20.000,00

### **2. Partes Processos:**

Polo Ativo

COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA ME

Polo Passivo

JABENY SALUSTINO BEZERRA

PRISCILLA GABRIELA BEZERRA



Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de QUIRINÓPOLIS  
Gabinete 1ª Vara Cível

Recuperação judicial

**Autos nº:** 586009.87 (200805860090)

## DECISÃO

Tratam-se os autos de ação de recuperação judicial da empresa **COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA**, proposta em 11.12.2008, e atualmente administrada judicialmente pelo Sr. Hamilton Martins Ribeiro.

Foi homologado plano de recuperação judicial e quadro geral de credores e, posteriormente, em decisão proferida às fls. 1.404/1.409, foram emitidos diversos comandos, a fim de possibilitar a publicação de novo edital, com a retificação do quadro geral de credores e readequação do plano de recuperação judicial.

Publicado (fls. 1.410/1.411 do acervo processual físico) o teor da decisão citada, sobreveio manifestação do administrador-judicial (fls. 1.420/1.421 do acervo processual físico), esclarecendo diversas informações, consoante solicitado em decisão citada alhures, foram

Valor: R\$ 20.000,00  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão -> Cumprimento de sentença  
QUIRINÓPOLIS - 1ª VARA CÍVEL  
Usuário: HIAN MATHEUS CORREA MIRANDA - Data: 19/01/2026 14:21:48

colacionados documentos pertinentes às fls. 1.422/1.438, alfim pugnou pela exoneração do encargo de inventariante.

Em nova manifestação do administrador-judicial (fl. 1.439 do acervo processual físico), foi noticiado o encerramento das atividades da empresa em recuperação, asseverando que “a empresa *COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA ME* está com as portas fechadas, tendo encerrado as suas atividades e sem ter comunicado o administrador, e com paradeiro desconhecido”, alegando ainda que, ante tal constatação resta evidenciada a impossibilidade de cumprimento dos deveres de administrador-judicial, motivo pelo qual reitera o pedido de exoneração do encargo.

Proferida decisão interlocutória (fls. 1.442/1.446 do acervo processual físico), foi determinada a intimação dos credores, para manifestarem a despeito da informação de fechamento (evidenciando situação de fraude contra credores e motivação para convolação em falência) e de outros documentos colacionados aos autos.

Os credores DAKOTA S.A., DAKOTA NORDESTE S.A, VULCABRAS AZALÉIA S/A, REEBOK PRODUTOS ESPORTIVOS DO BRASIL LTDA, VULCABRAS DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CALÇADOS AZALÉIA S/A, CALÇADOS AZALÉIA DO NORDESTE S/A E CALÇADOS HISPANA LTDA (FLS. 1.449/1.450 do acervo processual físico) pugnaram pelo deferimento de levantamento de valores via transferência bancária. A empresa ALTENBURG TÊXTIL LTDA (fls. 1.451/1.452 do acervo processual físico) asseverou que, é credora do montante de R\$ 26.935,44 (vinte e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), conforme a ação de habilitação nº. 271669.80.2009.8.09.0134, devendo o valor ser adimplido mediante depósito bancário.

Consoante certificado pelo oficial de justiça (fl. 1.456 do acervo processual físico), a tentativa de intimação pessoal do administrador-judicial restou infrutífera.

A credora IDIOS CONFECÇÕES LTDA (fl. 1.458 do acervo processual físico) requereu a convolação da recuperação em falência.

O BANCO BRADESCO em nova manifestação (fl. 1.461 do acervo processual físico), pleiteou a dilação de prazo para informar a despeito da existência de crédito a ser recebido junto a empresa em recuperação judicial, bem como para finalizar as tratativas de acordo.

Foi determinada (fl. 1.465 do acervo processual físico) nova tentativa de intimação pessoal do administrador-judicial, antes de emitir juízo de valor sobre a convolação de recuperação judicial em falência. Devidamente intimado (fl. 1.473 do acervo processual físico), o administrador-judicial apresentou manifestação (fls. 1.474/1.477 do acervo processual físico),

refutando a legitimidade da credora IDIOS CONFECÇÕES LTDA para manejar o pedido de convalidação de recuperação judicial em falência.

Vieram-me os autos conclusos para exame.

**É o relatório que basta.**

**Fundamento, pondero e DECIDO.**

### **DA CONVALIDAÇÃO DA RECUPERAÇÃO EM FALÊNCIA**

Preambularmente, não há que se falar em ilegitimidade da empresa IDIOS CONFECÇÕES LTDA para manejo de requerimento de convalidação em falência, ante a existência de interesse no recebimento de seu crédito junto a Comercial de Tecidos Telavive. Outrossim, a convalidação da recuperação em falência é medida que pode ser aplicada até mesmo de ofício pelo magistrado, em caso de descumprimento dos deveres legalmente positivados, conforme preconiza o art. 61, § 1º, da Lei n.º 11.101/05, fato que se amolda a situação delineada nos autos.

Destarte, há de ressaltar que, o instituto da recuperação judicial, contemplado na Lei nº. 11.101/2005, inspirou-se no princípio constitucional da função social da empresa, que reflete no princípio da preservação da empresa dele decorrente. Tal princípio compreende a continuidade das atividades de produção de riquezas, na medida em que o legislador criou vários mecanismos para que essas atividades permaneçam, mesmo em caso de falência, porque é mais razoável reestruturar e recuperar econômica e financeiramente a empresa, do que liquidá-la e extingui-la, prejudicando não só o empresário ou a sociedade empresária, bem como trabalhadores, fornecedores, consumidores e o próprio Estado. Logo, a efetiva liquidação somente deve alcançar as empresas absolutamente inviáveis, que não comportam qualquer tipo de reorganização eficaz.

Sobre o tema, impende transcrever o objetivo da recuperação judicial concebido no art. 47 da Lei n.º 11.101/05:

*“Art. 47. A recuperação judicial tem por **objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor**, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”*

Em razão da continuidade empresarial, adveio a decisão de fls. 193/194 (volume nº. 01 do acervo processual físico) a qual deferiu o pedido de processamento da Recuperação Judicial da Devedora, nos termos do art. 52 da Lei n. 11.101/05. Contudo, a recuperanda deixou de

cumprir o plano de soerguimento, e as obrigações assumidas com o processamento da recuperação judicial, efetuando a paralisação da atividade comercial desenvolvida sem prévia comunicação ao juízo, ocultando todo o estoque e bens da empresa, práticas que, reforçam as evidências de ausência de patrimônio e recursos financeiros para o efetivo cumprimento das obrigações assumidas no Plano de Recuperação, bem como a impossibilidade de retomada da atividade comercial, mormente quando já concedido sucessivos prazos dilatórios para o adimplemento (posto que, o processamento da presente ação se arrasta por mais de dez anos, desde 11.12.2008).

Não obstante, é inadmissível a concessão de forma ampla e ilimitada do instituto da recuperação de empresa, apenas permitida às sociedades empresárias que se mostrem recuperáveis/viáveis. Isso quer dizer que, a preservação da empresa não pode ser invocada para justificar a manutenção de sociedades empresárias que, em recuperação judicial, não cumprem as obrigações assumidas no plano e praticam atos de falência. Vejamos posicionamento da corte goiana, in verbis:

“RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA - ARTS. 61, § 1º, 73, IV E 94, III, LEI 11.101/2005. IRRENUNCIABILIDADE DOS DIREITOS TRABALHISTAS. EXCEÇÃO FEITA AOS ARTIGOS 50, VIII, LRF E 7º, VI, XIII E XIV DA CF/88. VEDAÇÃO DE RETROCESSO (EFEITO CLIQUET). MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DO PLANO - ART. 73, IV, LEI 11.101/2005. CONVOLAÇÃO DE OFÍCIO. ATOS DE FALÊNCIA. CONFUSÃO PATRIMONIAL. CESSÃO DE QUOTAS DE EMPRESA. DISSIPAÇÃO PATRIMONIAL - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA NÃO INCLUÍDA NO PLANO. ANÁLISE DA LEGALIDADE DO PLANO PELO JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DAS EMPRESAS VIÁVEIS - ART. 47, LRF. PRÁTICA DE ATOS INCOMPATÍVEIS COM O SOERGUIMENTO DAS EMPRESAS AGRAVANTES. (...) 7 - Não obstante o princípio da preservação da empresa (art. 47, LRF) tenha seu fundamento constitucional na função social da propriedade e dos meios de produção, e seja a pedra angular da Lei nº 11.101/2005, **inadmissível a concessão de forma ampla e ilimitada do instituto da recuperação de empresa, apenas permitida às sociedades empresárias que se mostrem recuperáveis. A preservação da empresa não pode ser invocada para justificar a manutenção de sociedades empresárias que, em recuperação judicial, não cumprem as obrigações assumidas no plano e praticam atos de falência.** 8 - Agravo conhecido e improvido. Mantida a convolação da recuperação judicial em falência, a teor do disposto nos artigos 61, § 1º, 73, IV e 94, III, todos da Lei 11.101/2005. (TJ-GO - AI: 02654314920158090000, Relator: DES. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO, Data de Julgamento: 01/03/2016, 3A CAMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2000 de 04/04/2016)”

Corroborando esse raciocínio, Eduardo Secchi Munhoz, in “Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005”, coords. Francisco Satiro de Souza Júnior e Antônio Sérgio A. de Moraes Pitombo, 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, p. 302/303:

“(…) Além da permanência dos órgãos da recuperação em pleno funcionamento - assembleia geral de credores, comitê de credores e administrador judicial -, a segunda fase do processo

de recuperação caracteriza-se pelo maior rigor dispensado ao eventual descumprimento das obrigações assumidas no plano. **Se o inadimplemento ocorrer dentro desse período, a consequência será a convolação da recuperação em falência**, independentemente da vontade dos credores, caberá ao juiz, de ofício, decretar a falência do devedor nessa hipótese (art. 73, IV), a exemplo do que ocorria no regime anterior da concordata. (...)”

A despeito do tema, o artigo 61, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, preconiza que:

“Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial.

§ 1º Durante o período estabelecido no *caput* deste artigo, **o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência**, nos termos do art. 73 desta Lei.”

Ato contínuo, a Lei nº. 11.101/2005 em seu artigo 73, inciso IV, expressamente positivou:

**“Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:**

(...)

**IV – por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei.”**

No mesmo sentido, vale acrescentar que, o artigo 94, inciso III do mesmo diploma legal, preceitua:

“Art. 94. **Será decretada a falência do devedor que:** (...)

III – **pratica qualquer dos seguintes atos**, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial: (...)

c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;

d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;

e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;



f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;

g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial."

*Nesta esteira, transportando os comandos legais, doutrinários e jurisprudenciais ao caso em crivo, observa-se que, os dispositivos transcritos alhures aplicam inteiramente a situação delineada no cenário em análise.*

*Pois bem, apesar de gravosa, a convolação em falência da empresa em recuperação judicial é medida que se impõe, sobretudo pois, após diversos esforços (durante mais de uma década) para restabelecimento da empresa COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA, foi noticiado pelo administrador-judicial (fl. 1.439 do acervo processual físico) o encerramento das atividades da empresa em recuperação, asseverando que "a empresa COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA ME está com as portas fechadas, tendo encerrado as suas atividades sem ter comunicado o administrador, e com paradeiro desconhecido".*

Malgrado, nesta senda posiciona-se a jurisprudência, reconhecendo a possibilidade de convolação da recuperação judicial em falência, nos casos de impossibilidade reversão da crise econômica sofrida e descumprimento de obrigações, vejamos:

"Agravado de instrumento. Recuperação judicial. Convolução em falência. **Demonstrada, no caso concreto, a inviabilidade econômica das requeridas, o descumprimento da regra do artigo 94, inciso II, da Lei 11.101 e a existência de fundados indícios de encerramento das atividades, merece ser mantida a convolação da recuperação judicial em falência.** Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento Nº 70078958246, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 14/03/2019). (TJ-RS - AI: 70078958246 RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Data de Julgamento: 14/03/2019, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/03/2019)"

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PLANO DE RECUPERAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO - LIMITES DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - VIABILIDADE ECONÔMICA DO PLANO - INSINDICABILIDADE - ANÁLISE RESTRITA À LEGALIDADE DAS DELIBERAÇÕES - PERÍODO DE CARÊNCIA SUPERIOR AO PRAZO DO ART. 61, DA LEI 11.101/05 - DECISÃO MANTIDA. - A deliberação da Assembleia de Credores acerca do plano de recuperação não é imune ao controle judicial. O resultado das deliberações, enquanto conjugação de atos jurídicos aglutinados, está sujeito à análise de legalidade, a que quaisquer manifestações de vontade podem ser submetidas. - Escapa aos limites da atuação legítima do Poder Judiciário a análise do mérito das conclusões a que a Assembleia de Credores, enquanto órgão colegiado, chegou. - O art. 61, da LRE, estabelece o prazo improrrogável de dois anos para que a recuperanda se mantenha no processo de

soerguimento. Durante este período, qualquer descumprimento aos termos do plano resultará na conversão da recuperação em falência. (TJ-MG - AI: 10000160855144001 MG, Relator: Kildare Carvalho, Data de Julgamento: 15/08/0018, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/08/2018)"

Não é outro o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, *ipsis litteris*:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONVOLADA EM FALÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. OBSERVÂNCIA. NULIDADE. INEXISTENTE. VIABILIDADE ECONÔMICA. AFASTADA. 1. Em havendo o descumprimento das obrigações por parte da agravante, comportável é a convolação da recuperação em falência, ex vi dos artigos 61, § 1º e 73, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. (...) 3. De acordo com o relatório apresentado pelo atual Administrador Judicial, observa-se que não houve junto à empresa agravante avanços econômicos consideráveis, ao contrário, o que se denota é o aumento das obrigações assumidas no Plano de Recuperação Judicial, o que reafirma a impossibilidade de ela reverter a crise econômica sofrida, de modo que acertada se apresenta a decisão aqui fustigada no tocante ao decreto de falência. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJGO, Agravo de Instrumento ( CPC ) 5340009-58.2016.8.09.0000, Rel. ALAN SEBASTIÃO DE SENA CONCEIÇÃO, 5ª Câmara Cível, julgado em 18/08/2018, DJe de 18/08/2018)"

Entrementes, apesar de drástica, a medida visa tutelar os interesses dos credores, bem como preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens remanescentes da empresa, nos termos do art. 75 da Lei 11.101/05<sup>1</sup>.

## DOS PEDIDOS DE LEVANTAMENTO DE VALORES

Vislumbro a impossibilidade de deferimento de levantamento de valores nesta fase processual, sendo necessária a apuração dos valores depositados em juízo em conta judicial vinculada aos autos.

**ISTO POSTO**, mediante os fatos e fundamentos declinados alhures, **ACOLHO** o pedido da credora **IDIOS CONFECÇÕES LTDA (fl. 1.458 do acervo processual físico)** e, com fundamento nos arts. 61, § 1º, 73, IV, e 94, III, "f" e "g", todos da Lei 11.101/05, na presente data, **CONVOLO** em falência o processo de recuperação judicial da empresa **COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA**, já qualificada nos autos, de forma que, em razão do presente ato, perde o direito de administrar seus bens ou deles dispor, conforme previsão do art. 103<sup>2</sup> da Lei n.º 11.101/05. Fica estipulado como **termo legal da falência**, a data do procolo da inicial da presente ação (art. 99, inc. II, da Lei n.º 11.101/05), qual seja **11.12.2008**.



Ainda, para os fins do art. 99 do diploma de falências, resolvo:

I) **INDEFIRO** o pedido de exoneração do encargo de administrador-judicial e, **MANTENHO** como administrador Judicial, o Sr. Hamilton Martins Ribeiro, devidamente qualificado nos autos, tendo em vista que, **já desenvolvia tal mister durante o processamento da recuperação judicial**. Ainda, considerando a complexidade do caso e a capacidade de pagamento do devedor, **FIXO** sua remuneração em 2% (dois por cento) do valor de venda dos bens da massa falida, devendo 40% (quarenta por cento) do total dessas vendas (art. 24, § 2º, da Lei 11.101/05) ser reservado para pagamento após o atendimento do previsto nos arts. 154 e 155, ambos da Lei 11.101/05. As despesas com a remuneração do Administrador nomeado caberão à massa falida (art. 25 da Lei 11.101/05).

Desta forma, **INTIME-SE** o Administrador judicial para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes.

II) **INTIME-SE** a empresa falida para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, apresentar a relação nominal dos credores, indicando endereço completo, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, sob pena de desobediência.

Cumprida tal disposição, **publique-se edital contendo a íntegra desta decisão e da relação de credores**. Após a publicação, fica consignado que, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar ao Administrador Judicial suas habilitações e divergências quanto aos créditos relacionados.

III) **DETERMINO** a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações ou execuções em trâmite contra a empresa falida, excepcionadas aquelas que demandarem quantia ilíquida, que terão processamento no juízo no qual estiverem se processando, bem como aquelas ressalvadas pelo texto legal (art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei 11.101/05).

IV) Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, salvo autorização expressa deste juízo. **DETERMINO** a expedição de ofícios (art. 99, X e XIII) aos órgãos e repartições públicas (União, Estado e Município, Fazendas Públicas; Banco Central, DETRAN e Receita Federal), bem como à JUCEG, para fins dos arts. 99, VIII, e 102, intimando-se também o Ministério Público.

V) **OFICIE-SE** ao Registro Público de Empresas (JUCEG) para que, proceda-se à anotação da falência no registro da empresa falida, constando a expressão “Falido”, a data da decretação da falência, bem como a respectiva inabilitação para o exercício de qualquer atividade empresarial a partir da decretação de falência, até a sentença que extinga suas obrigações.

VI) Tendo em vista as informações no bojo do presente feito de que, **a empresa falida cessou suas atividades**, inexistindo qualquer informação a respeito da necessidade de continuação desta, **INTIME-SE** o Administrador Judicial para que, se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da **necessidade de lacração do estabelecimento empresarial**, nos termos do art. 109 da Lei 11.101/05.

VII) **INTIME-SE** o Administrador Judicial para que, apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, extratos atuais de contas judiciais vinculadas aos autos, permitindo a **apuração dos valores depositados em juízo em conta judicial**.

Cumpridas as diligências enumeradas alhures, certifique-se, e em seguida venham-me novamente conclusos.

**Cumpra-se. Intimem-se.**

Quirinópolis, datado e assinado digitalmente.

**Adriana Maria dos Santos Queiróz de Oliveira**

**Juíza de Direito**

1Art. 75. **A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.**

Parágrafo único. O processo de falência atenderá aos princípios da celeridade e da economia processual.

2Art. 103. **Desde a decretação da falência ou do seqüestro, o devedor perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor.**

Parágrafo único. O falido poderá, contudo, fiscalizar a administração da falência, requerer as providências necessárias para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados e intervir nos processos em que a massa falida seja parte ou interessada, requerendo o que for de direito e interpondo os recursos cabíveis.